

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES,
VEREADOR ANDERSON GOGGI**

Gabinete do Vereador Professor Jocelino

**Projeto de Lei 66/2025
Processo nº 4768/2025**

O **Vereador Professor Jocelino**, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor RECURSO nos termos do art. 60, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória, em razão da votação que declarou inconstitucionalidade da proposição na Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização.

Assim, requer que a Mesa dê encaminhamento ao Projeto de Lei para deliberação em Plenário.

DO MÉRITO DO RECURSO

Em parecer formulado pelo Relator Vereador Luiz Emanuel, este de forma equivocada opinou pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade do Projeto de Lei, momento em que foi pedida vista do projeto pela Vereadora Karla Coser que apresentou parecer em separado opinando pela Constitucionalidade e Legalidade do referido, sendo submetido o seu parecer a votação na Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização, que por três votos contra uma abstenção e um voto a favor decidiram por acolher o parecer formulado pelo Relator, declarando a inconstitucionalidade e ilegalidade da proposição.

A respeito da constitucionalidade formal da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa e ao meio adequado para veiculação da matéria.

No tocante à iniciativa do Vereador, não há óbice, vez que não se enquadra no rol das matérias privativas do Chefe do Executivo, dispostas no art. 80, parágrafo único e 113, ambos da Lei Orgânica Municipal de Vitória/ES. Além disso, o artigo 30, incisos I e II da CF/88, estabelece a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação Federal e Estadual. Portanto, ausente vícios de iniciativa, constitucionalidade ou qualquer outra mácula à legalidade, como também, dada a importância da matéria de que ela trata, deve o PL prosperar.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300310034003900370037003A005000

Assinado eletronicamente por **Jocelino da Conceição Silva Júnior** em 17/07/2025 13:58

Checksum: **6A10C1B85BC32C729430F7934A598C094136DFA2F868660E95DC3551F9F6F8B8**

Assinado eletronicamente por **Pedro Mansur Trés** em 18/07/2025 14:16

Checksum: **42CB8A178C4D6795754B32D10F21F97041C4554AFAEB3567569C27FE32DD1809**

Assinado eletronicamente por **João Flávio da Silva de Paiva** em 09/12/2025 11:16

Checksum: **19FEC40C4FC3EC8185CC0A696189CA6C80B2698DEF069FCCD3B3D04AF64DE567**

